- * É possível que a data final de vigência dos instrumentos contratuais, seja alterada posteriormente a data desta portaria mediante termo aditivo.
- II Caberá aos servidores designados neste ato, a obrigação de anotar em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução dos instrumentos supramencionados, devendo sugerir diretamente à Subprocuradoria-Geral de Justiça o que for necessário à manutenção da qualidade dos serviços contratados. III - Ficam revogadas as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 14 de junho de 2017. DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocurador-Geral de Justiça, Área técnico-administrativa

Protocolo: 191728

PORTARIA Nº 3.388/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições

CONSIDERANDO os termos da Decisão/Ofício n.º 185/2016-SEC/CJRMB, de 30/01/2017, protocolizada sob o nº 6968/2017 em 14/02/2017,

CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 17013/2017, em 28/4/2017;

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994,

CONSIDERANDO os termos da manifestação da Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa, acolhida in

RESOLVE:

- I REVOGAR a PORTARIA N.º 1.802/2017-MP/PGJ, de 30/03/2017, publicado no D.O.E. de 11/04/2017. II INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar objetivando
- apurar eventual falta funcional praticada pelo servidor registrado sob a matrícula 999.1565, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO.
- III DESIGNAR os servidores estáveis HELIDA HELENA OLIVEIRA MELUL (Presidente), FÁBIO REGATEIRO DA SILVA e FELIPE DA COSTA GIESTAS, para integrarem o presente Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar as possíveis irregularidades cometidas conforme serão discriminadas em
- notificação pessoal. IV FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, assegurando os Princípios Constitucionais do Contraditório e a Ampla Defesa, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, como estatui o artigo 208 da Lei Estadual nº

5.810, de 24.01.94. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 2 de junho de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3.340/2017-MP/PGJO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições

CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 24064/2016, em 02/05/2016;

CONSIDERANDO os termos da manifestação da Subprocuradoria-Geral de Justica, para a Área Técnico-Administrativa, acolhida in

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.94,

RESOLVE:

- I TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA N.º 1.703/2017-MP/PGJ, de 27/03/2017, publicada no D.O.E. de 04/04/2017.
- II INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar objetivando apurar eventual falta funcional praticada pelo servidor registrado sob a matrícula nº 999.1600, ocupante do cargo de Técnico -Psicólogo.

III – DESIGNAR os servidores estáveis ELERY RIBEIRO POSSANTE BARBALHO (Presidente), SANDRA LÚCIA SERRA RODRIGUES e DILAELSON REGO TAPAJÓS (Membros), para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar que visa apurar as possíveis irregularidades constantes do Processo nº 244/2016-SGJ-TA.

IV - FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, assegurando os Princípios Constitucionais do Contraditório e a Ampla Defesa, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, como estatui o artigo 208 da Lei Estadual nº 5.810. de 24.01.94

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

de maio de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS Procurador-Geral de Justiça

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 31

PORTARIA Nº 3.335/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o teor do ofício nº 019/2017-MP/PA/Coord-PJA, protocolado sob o nº 11160/2017, datado de 14/3/2017;

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 034/2017-ASS/SJG-TA, de 6/2/2017, acolhido in totum;

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994,

R E S O L V E: I – INSTAURAR Sindicância Investigatória, objetivando a apuração de fato narrado no supracitado expediente, nos termos da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

II - DESIGNAR os Analistas Jurídicos FERNANDA ALVES DE SOUZA (Presidente) e FERNANDA GONÇALVES DE ARAÚJO e GETÚLIO ANDRADE NASCIMENTO FILHO (Membros), para integrarem a presente Comissão de Sindicância Investigatória que visa apurar as possíveis irregularidades constantes na peça de informação encaminhada através do ofício nº019/2017-MP/

III - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos

trabalhos, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, como estatui o artigo 201, parágrafo único, do referido Diploma

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 31 de maio de 2017. GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 191204 **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

(Publicação trimestral conforme art. 15, $\S2^{\circ}$ da Lei nº 8.666/93) Nº da Ata de Registro de Preços: 060/2016-MP/PA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 023/2016-MP/PA Partes Contratantes: Ministério Publico do Estado do Pará e LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA

Objeto: Aquisição de soluções de armazenamento e backup, biblioteca de fitas e servidor de rack, e serviço de atualização de equipamentos, conforme especificações do termo de referência. Data da Assinatura: 19/09/2016

Vigência: 21/09/2016 a 22/09/2017

Preços Registrados:

| Lote II - Atualização de Equipamentos Existentes | | | | |
|--|---|-----|-----|----------------|
| Item | Descrição | Und | Qtd | Preço Unitário |
| 11 | Transceptor óptico SFP 8Gb SW Marca : IBM / Modelo: 8GB SW | Und | 24 | R\$ 594,28 |
| 12 | Transceptor óptico SFP 8Gb LW 10km Marca : IBM / Modelo: 8GB LW | Und | 8 | R\$ 3.093,30 |
| 13 | Licenças de Atualização para Switch SAN - Marca: IBM | Und | 8 | R\$ 10.718,91 |
| 14 | Cabo de Fibra Óptica LC/LC multimodo 5m Marca : IBM / Modelo: LC/LC | Und | 32 | R\$ 66,72 |
| 15 | Cabo de Fibra Óptica LC/LC monomodo 31m Marca : ISCON / Modelo: LC/LC 31 M | Und | 8 | R\$ 158,23 |
| 16 | Módulo de memória RAM IBM de 8 GB para servidor de Lâmina IBM HS22 Marca : LENOVO / Modelo: 8GB S | Und | 32 | R\$ 518,41 |
| 17 | Módulo de memória RAM IBM de 8 GB para servidor de Lâmina IBM HS23 Marca : LENOVO / Modelo: 8GB SW | Und | 80 | R\$ 595,20 |

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves

Endereço da Contratada: Rua Boris, nº 90, Conjunto 02, Bairro Centro, Município de Fortaleza - CE, CEP: 60.060-190 Telefone (85)3466-8000 / 8029, email src@lanlink.com.br.

AVISO N° 017/2017-CSMP

Faço público, a quem interessar possa que a 12ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 22 de junho de 2017, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

Julgamento de Processos de Vitaliciamento

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro Francisco Barbosa de Oliveira:

1.1.1. Processo nº 000078-012/2017

Requerente(s): Luiz da Silva Souza

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 4º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal Assunto: Processo de Vitaliciamento

1.1.2. Processo nº 000082-012/2017

Requerente(s): Patricia Carvalho Medrado Assman

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 4º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal

Assunto: Processo de Vitaliciamento

1.1.3. Processo nº 000104-012/2017

Requerente(s): Lorena de Albuquerque Rangel Moreira Cruz Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 4º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal

Assunto: Processo de Vitaliciamento 1.1.4. Processo nº 000090-012/2017

Requerente(s): Mauro Guilherme Messias dos Santos

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 4º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal

Assunto: Processo de Vitaliciamento

1.1.5. Processo nº 000094-012/2017

Requerente(s): Sávio Ramon Batista da Silva

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 4º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal Assunto: Processo de Vitaliciamento 1.1.6. Processo nº 000108-012/2017

Requerente(s): Bruno Fernandes Silva Freitas

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Protocolo: 111042

Origem: 4º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal

Assunto: Processo de Vitaliciamento 1.1.7. Processo nº 000086-012/2017 Requerente(s): Navara Santos Negrão

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 4º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal

Assunto: Processo de Vitaliciamento
1.1.8. Processo nº 000098-012/2017

Requerente(s): Daniel Mondego Figueiredo Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 4º Cargo da Procuradoria de Justiça Criminal Assunto: Processo de Vitaliciamento 1.2. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA

MARQUES DE MORAES:

1.2.1. Processo nº 000101-012/2017

Requerente(s): Vanessa Herculano Ribeiro

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 9º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível

Assunto: Processo de Vitaliciamento 1.2.2. Processo nº 000092-012/2017

Requerente(s): Rui Barbosa Lamim
Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará
- CSMP

Origem: 9º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível

Assunto: Processo de Vitaliciamento

1.2.3. Processo nº 000081-012/2017 Requerente(s): Suldblano Oliveira Gomes

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 9º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível

Assunto: Processo de Vitaliciamento

1.2.4. Processo nº 000084-012/2017 Requerente(s): Paula Caroline Nunes Machado

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará - CSMP

Origem: 9º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível

Assunto: Processo de Vitaliciamento